PROJETO DE LEI Nº 6.438, DE 2019.

(Autor: Poder Executivo)

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes.

EMENDA DE PLENÁRIO

Art. 1º Dê-se ao §4º e inciso III do §4º-A do artigo 6º do Projeto de Lei nº 6.438, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 6º
§4º Os profissionais a que se referem os incisos I, II, III, V, VI e XII do caput, ao exercerem o direito de adquirir arma de fogo de uso permitido ou restrito, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I, II e III do caput do art. 4º, conforme previsto no regulamento desta Lei.
§ 4°-A Os profissionais a que se referem os incisos VII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput, ao exercerem o direito previsto no art. 4°, ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I e II do caput do art. 4°, conforme previsto no regulamento desta Lei.
"(NR)

JUSTIFICAÇÃO

As alterações aqui propostas ao Projeto de Lei nº 6438, de 2019, objetivam alterações no tocante às guardas municipais.

O objetivo da alteração aqui sugerida é a dispensa de comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de armas de fogo para as guardas municipais. Na atualidade, tal benefício é concedido aos integrantes das Forças Armadas, das polícias federais e estaduais e do Distrito Federal, bem como os militares dos Estados e do

Distrito Federal. Vale ressaltar, ainda, que o texto do projeto em análise estende essa prerrogativa também aos agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, aos policiais legislativos e aos integrantes da Carreira de Perito Criminal dos Estados e do Distrito Federal.

Nesse sentido, por acreditar ser correta e justa a extensão desse direito a todas as guardas municipais do Brasil, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em de	e de 2020.
VITOR HI Deputado F PSL/G	Federal Federal